

Decisão adequada e com enorme potencial

Folha De S.Paulo · 26 agosto 2017 · JOISA DUTRA

O governo federal anunciou nesta semana a intenção de privatizar a Eletrobras. Maior empresa do setor elétrico na América Latina, possui ativos contábeis de R\$ 120 bilhões, atuando na geração, transmissão e distribuição de energia.

A primeira tentativa de vendê-la deu-se em 1996, com o Programa Nacional de Desestatização; entretanto, apenas a parte de geração da Eletrosul foi negociada, originando a Tractebel (atual Engie).

Passados mais de 20 anos, o país se vê em situação similar. Inicialmente, seis distribuidoras controladas pela holding foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal.

Há muito o grupo tenta melhorar sua performance, sem sucesso. Logo após a publicação da MP 579/2012, a Eletrobras perdeu pouco mais de 50% de seu valor de mercado. Mais ainda, a adesão da companhia à proposta de renovação das concessões deu lugar a uma condenação da União na CVM por abuso de poder de controle.

A privatização tem potencial de gerar ganhos expressivos de valor nesse quadro, como mostra a experiência internacional e mesmo outros setores no país. Para isso, necessita ocorrer em processo articulado e com viabilidade jurídica duradoura, contemplando os seguintes pontos:

- 1) Definição do papel da empresa sucessora, reduzindo sua posição dominante (para menos de 25%) na geração.
- 2) Alienação do controle de empresas subsidiárias de geração e transmissão à participação privada. A nova Eletrobras deveria permanecer com um conjunto de ativos de geração rentáveis e como instrumento para investimentos no setor. Todavia, há chance de parte expressiva das subsidiárias de geração e transmissão passar por alienação de controle, o que pode ser mais abrangente na transmissão, pois o arranjo regulatório em vigor reduz riscos de exercício de poder de mercado.
- 3) Desestatização das distribuidoras, criando oportunidade de implantação de soluções off-grid com critérios regulatórios diferenciados, que possibilitem aumentar valor de venda e atender aos desafios de prestar serviços em áreas remotas.
- 4) Conversão do Cepel (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica) em instituto privado de pesquisas. Um instituto com boa governança poderia promover inovação tecnológicas, atraindo capitais internacionais e recebendo parte dos recursos hoje alocados a projetos de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.
- 5) Finalmente, atração de capitais privados através da venda parcial das ações da União na nova Eletrobras, diluindo a posição do acionista controlador.

Diversas tentativas foram feitas para insular a Eletrobras de riscos e intervenções políticas que a comprometessem. Todavia, não foi possível preservá-la e não há evidências de que

seja possível reverter esse quadro.

A gestão privada pode aumentar significativamente a eficiência no uso dos recursos, conferindo agilidade à companhia para que possa produzir riquezas de modo sustentável — ambiental e socioeconomicamente. A privatização é decisão adequada e com enorme potencial de geração de ganhos para a sociedade. Que seja feita, porém, com cuidado, para equilibrar objetivos de curto e longo prazos. JOISA DUTRA, O povo indígena chama a floresta amazônica de “a casa da vida”. Essa casa é do Brasil e do mundo. A extinção da reserva da Renca é um crime de lesa razão, lesa pátria e lesa humanidade (“Temer extingue reserva em região amazônica entre Amapá e Pará”, “Ciência + Saúde”, 24/8).

JOSÉ FERNANDO ROCHA

Contas públicas Quando se evidencia o rombo nas contas públicas dos governos anteriores e a naturalidade com que tratavam disso, dá até para pensar que talvez esperassem ou planejassem uma ruptura institucional típica do nosso continente. Aí rasgavam-se contratos, revisavam-se leis e recomeçava-se tudo a partir do zero. Desenvolvimento, ajuste fiscal e justiça social viriam por decretos. Na Venezuela, ainda tem gente que acredita que isso funciona.

MARCIO MACEDO

Estado democrático Muito esclarecedor o artigo de Angela Vidal Gandra Martins, “Fundamentos do Estado democrático” (Tendências/Debates, 25/8), que trata da necessidade de aplicarmos princípios básicos da Constituição para o regimento da nossa República. Entre eles releva-se a igualdade de todos perante a lei (fim de imunidades, foros privilegiados e outras regalias) e a transparência. Os detentores do poder devem entender que nosso povo já adquiriu capacidade suficiente para não aceitar que interesses de grupos políticos e econômicos se sobreponham ao bem-estar da coletividade.

SALVATORE D' ONOFRIO

Eleições 2018 A Folha deveria ser realmente plural e democrática. Assim como está “auxiliando” a campanha de Lula, deveria divulgar a agenda de Bolsonaro, Alckmin, Doria etc. Ficaria mais coerente e respeitaria a inteligência dos leitores.

THEREZINHA OLIVEIRA

Ciência

Se ele se informar melhor, vai perceber que o pior crime que existe no Brasil é a corrupção de colarinho branco, praticada por muita gente que costuma morar nos Jardins e que tira dinheiro da saúde, da educação e dos investimentos sociais. Mata mais e dá mais prejuízo do que a criminalidade comum. A fala do comandante foi discriminatória e inconstitucional. O governador Geraldo Alckmin poderia dar-lhe uma advertência ou até exonerá-lo do comando da Rota.

PEDRO VALENTIM

Que coisa triste! Um jovem de 46 anos e já envelhecido. Onde o comandante da Rota de São Paulo aprendeu que os moradores dos Jardins não podem ser tratados como os da periferia e viceversa? Não o culpem, ele também é vítima do sistema educacional de formação de policiais no país.

ADEMAR G. FEITEIRO,

Colunistas Concorde em muitos pontos com Reinaldo Azevedo em sua coluna “Flechas e professora espancada” (“Poder”, 25/8), principalmente quando cita a fúria de Janot em sua vingança pessoal contra Temer e eleva a função do doleiro Funaro para “operador” ou “corretor de valores”. Já que está a falar do Poder Judiciário, por que não dispara suas flechas douradas contra o deplorável ministro Gilmar Mendes, que com suas atitudes e declarações conseguiu unir contra ele a esquerda, o centro e a direita?

OSVALDO CESAR TAVARES